PRÁXIS

ENTREVISTA

Fernando Sarmento Favacho

O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA AMAZÔNIA: O CASO DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL – PARÁ

Por Revista Terceira Margem Amazônia:
Edane França Acioli
Lilian Campelo
Lindomar de Jesus Sousa Silva
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho

Fernando Sarmento Favacho, ex-aluno, professor, pesquisador e diretor geral do IFPA – campus *Santarém/PA*

Os pais de Fernando Favacho se mudaram de Macapá/AP para Castanhal quando ele ainda era pequeno, com 8 anos de idade. O local de residência escolhido é o mesmo até hoje; sua casa faz fundo com o terreno da antiga Escola Agrotécnica de Castanhal – Efac (atual Ifpa). Quando menino, ele entrava na fazenda da escola, carregando sua própria vasilha para comprar leite para a sua mãe. Passava suas tardes brincando no campo aberto da escola. As ruas, as salas de aula, a fazenda-laboratório, cada recanto desse lugar fizeram parte de sua infância. Quando jovem, ingressou na escola como aluno no curso Técnico em Agropecuária, no ano de 1988. Fugia pelas janelas para estudar e interagir com outros colegas do internato durante a noite. Ao concluir o curso técnico, entrou na antiga Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, formando-se em 1999 em Agronomia. Retornou para ser professor dessa escola em 2000, assumindo turmas como horista. Depois se tornou professor substituto, no ano de 2004, e em 2006, efetivou-se na cadeira de Zootecnia, principalmente na parte de pequenos e médios animais. Sempre trabalhando com a produção animal, com uma perspectiva integradora e analisando os processos pedagógicos, refletindo sobre

a prática de ensino e aprendizagem. Apesar de ser originalmente das ciências agrárias, enveredou para a área da educação, é especialista em educação profissional, na modalidade do Proeja. Essa tendência se fortaleceu a partir do mestrado, concluído em 2010, em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Neste, fez uma pesquisa sobre o ensino médio integrado, tentando compreender o processo da politecnia e como ela pode ocorrer na escola profissionalizante pública. Quando terminou o mestrado, entrou na coordenação estadual do Programa *Projovem Campo Saberes da Terra;* nesse período teve um contato mais próximo com a educação do campo, área que também pesquisa, além de estar envolvido no Fórum Regional e no Estadual de Educação do Campo. Atualmente o Prof. Fernando Favacho é diretor geral do *campus* Santarém do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e professor de Zootecnia de Pequenos e Médios Animais; coordenou a Especialização em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Sustentabilidade na Amazônia e ministra tópicos do eixo temático Sistema de Produção e Trabalho no Campo.

Revista Terceira Margem – *Sabemos que a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal surgiu no início da década de 20 do século passado em Outeiro. Você pode nos explicar como começou essa história?*

Fernando Favacho – A Escola começou mesmo na década de 1920 na ilha de Caratateua em Outeiro (Pará) com o nome de Patronato Agrícola Manoel Barata. Essa instituição foi fundada em 1º de dezembro de 1921, por meio do Decreto n. 15.149. Nesse período tinha função correcional; há evidências de que havia captura de jovens considerados "desprovidos da sorte" na periferia de Belém para serem internos na Escola. Nos anos 1930, o nome mudou para Escola de Iniciação Agrícola Manoel Barata, onde, a partir da ética do trabalho de Vargas, passa a formar mestres agrícolas no formato de operários agrícolas. Já nos anos 1940-1950, entra em cena a concepção da Revolução Verde, em que, agora, deveria haver um profissional que deveria aprender sobre os novos pacotes tecnológicos da época. No período da Ditadura Militar, a Escola vem para Castanhal, exatamente em 1972, com o objetivo de formar Técnico Agropecuário de nível médio. No final dos anos 1980 e toda a década de 1990, a Escola passou por uma crise, tanto de investimento quanto de objetivo e cogitou-se até em fechá-la. No final dos anos 1990 [entre 1995 e 1998] a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal não conseguiu se transformar em Cefet, ela não se "cefetizou", continuando como Escola, mudando apenas em 2008 no processo de criação dos Institutos Federais, quando foi transformada em Instituto Federal do Pará, *campus* Castanhal.

RTM – *No começo da Escola, o ensino já era profissionalizante com o objetivo de formar técnicos agrícolas?*

A função do Patronato Agrícola Manoel Barata era correcional e o grande pano de fundo para a criação desta instituição era o de formar "feitores de campo". A internação no patronato era compulsória. Belém passava por um processo social muito difícil do ponto de vista da marginalidade, registravam-se muitos assaltos, havia muita gente desempregada. Eles [alunos] ingressavam na instituição, muitas vezes, capturados, detidos e levados para a ilha, era até difícil fugir de lá. Isso para alguns; outros, eram os próprios pais que não aguentavam seus filhos "rebeldes" e os mandavam para a ilha. Mas da mesma forma, o pai internava compulsoriamente, não era o aluno que ia porque se identificava, era quase uma profissionalização forçada. Assim, não diria que era profissionalizante, mas foi sendo construída nesse sentido. Mesmo correcional o foco já era a agricultura. Era a de formar feitor de campo. Por exemplo, aqueles seringais ou fazendas que ainda funcionavam na região, que estavam em decadência, precisavam ter mão de obra, que não era mais a escrava, tinham que ter pessoas para trabalhar, que não eram mais os escravos, então, tinha que ter gente [capacitada] para "controlá-los", que era o capataz, que ia ser o gerente da fazenda. Capatazes para tomarem conta daqueles que não eram mais escravos na época, seriam os futuros operários das fazendas.

RTM – *Nos anos 1930, a ética do trabalho de Vargas provocou mudanças na Escola?*

FV – Sim. O Patronato Agrícola passou a se chamar Escola de Iniciação Agrícola Manoel Barata, com um novo formato, não mais o de formar capatazes nem feitores de campo, mas o de formar "mestres agrícolas" [uma das formações]. Com uma nova classe social surgindo, com a organização dos trabalhadores, com o surgimento de nova organização produtiva e das fazendas patronais, o mestre agrícola era aquele profissional que iria introduzir novas técnicas da profissão agrícola. A política da época "oferecia" um ofício para quem estava precisando, para quem estava perambulando pelas ruas da cidade, sem ocupação e sem trabalho. Então o Patronato surgiu com essa função, a de transformar essas pessoas, vistas como "desocupadas" em pessoas adestradas para o trabalho agrícola. Parece chocar quando se fala isso, mas na verdade era o adestramento de pessoas para uma nova lógica de produção, de organização socioeconômica. Esse período era de formação de mão de obra para a nova ordem, digo na minha dissertação, inclusive, que é a formação de uma nova classe social, onde os escravos passam a ser trabalhadores em uma lógica capitalista de produção.

RTM – *No pós-guerra (anos 1940-1950) com a Revolução Verde e a necessidade de aumentar a produção de alimentos para o mundo, houve algum impacto ou mudança na organização da Escola?*

FV – Sim. No período das décadas de 1940 e 1950, começa outra organização da agricultura a nível mundial, que se chama Revolução Verde e o advento de novos pacotes tecnológicos para amenizar a questão da fome e da miséria no mundo; essa instituição teve um papel fundamental nesse processo, porque os Estados Unidos, que foi o grande líder dessa concepção, da Revolução Verde, passa a introduzir em várias regiões do mundo, por meio de instituições de pesquisa e ensino, técnicas modernas na agricultura. O objetivo era amenizar a miséria pela modernização da agricultura. Em 1972 o Colégio Agrícola Manoel Barata se tornou Escola Agrotécnica Federal de Castanhal. Completando mais de quarenta anos que essa instituição está aqui em Castanhal, com o objetivo de formar técnicos agropecuários de nível médio, que iriam, justamente, introduzir esses pacotes tecnológicos da agricultura moderna, sob três bases: agroquímica, motomecanização e genética.

RTM – *A mudança da Escola de Outeiro para Castanhal ocorre no processo da Revolução Verde acentuado com o Regime Militar. De que forma a política de colonização da Amazônia promovida pelo Regime Militar interfere na organização e infraestrutura da Escola?*

FV – Com a Revolução Verde, através dos Estados Unidos e da Cooagri[1], principalmente nas décadas de 1960 e 1970, foi realizado um investimento muito grande na instituição, através de recursos para a formação de profissionais que iriam se apropriar desses pacotes tecnológicos. Esse processo coincidiu um pouco com a ditadura militar. A principal mudança quanto à infraestrutura foi a localização. Mudaram a instituição da ilha de Caratateua de Outeiro para Castanhal, porque entendiam que esse lugar seria um polo importante para dar resposta aos projetos de desenvolvimento da Amazônia. O fato é que esse período foi de "vacas gordas", de grandes investimentos. A instituição estava em um ritmo de crescimento muito grande, chegamos a ter 300 alunos na década de 1980. Contudo, mesmo vindo para Castanhal na época da ditadura militar essa instituição não perdeu a função correcional. Funcionava como um lugar corretivo para os "filhos rebeldes", segundo os militares, pois nessa época havia muitas lideranças ligadas às organizações políticas de esquerda que lutavam contra a ditadura, assim a instituição era vista como local de controle da rebeldia.

1 Cooperativa Agropecuária e Industrial

RTM – *O final dos anos 1980 foi marcado por crise, fim de um ciclo (Revolução Verde). Como essa crise foi vivida pela Escola?*

FV – A escola sentiu as consequências quando esse sistema, essa lógica de introdução dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde chegou ao fim e os investimentos injetados também acabaram. Como os Estados Unidos, que tinha o objetivo claro de utilizar as escolas agrotécnicas, por meio da disseminação desses pacotes tecnológicos não investiram mais, então, para que serviriam as escolas agrotécnicas? Não servia para nada, porque qualquer fazendeiro, empresário agrícola poderia pagar para ter essas técnicas [já estavam apropriadas], então não precisava mais investir na formação profissionalizante de um técnico agrícola; o objetivo de introduzir técnicas modernas já havia sido cumprido. Assim começa uma crise na instituição, que coincide com o momento de instauração do modelo neoliberal, que perdurou ao longo da década de 1990. Muita coisa mudou constitucionalmente, como a separação do ensino médio do ensino técnico sob intervenção do governo federal, assim começou uma nova lógica de profissionalização, com os cursos "aligeirados" e mais duais que nunca. Essa mudança visava atender ao mercado imediato, ao modelo neoliberal, empregos temporários. Foi um momento de crise na instituição, o que quase ocasionou o fechamento da escola.

RTM – *O governo Lula proporciona uma mudança de fluxo no ensino profissionalizante e na Escola em particular, esta se transforma em Instituto Federal. Como você avalia esse processo?*

FV – Bem, no início dos anos 2000, experimentou-se uma mudança com o arrefecimento do modelo neoliberal. Ele não se extinguiu, mas em comparação às medidas muito drásticas tomadas pelo governo com relação à venda das estatais e com a forte crise social isso causou um grande impacto na sociedade e, tem-se a impressão de que o governo arrefeceu.

Na verdade o governo Lula veio para amenizar esse processo anterior, não eliminar, mas amenizar. E uma das mudanças se dá na educação profissionalizante. Ele [Lula] revogou a lei[2] do Fernando Henrique

2 Lei Federal n. 9649 de 27 de maio de 1998, art. 47. O art. 3º da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos: "§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com estados, municípios, distrito federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.§ 6º (vetado). § 7º É a União autorizada a realizar investimentos em obras e equipamentos, mediante repasses financeiros para a execução de projetos a serem realizados em consonância ao disposto no parágrafo anterior, obrigando-se o beneficiário a prestar contas dos valores recebidos e, caso seja modificada a finalidade para a qual se destinarem tais recursos, deles ressarcirá a União,

Cardoso[3], que impedia a expansão da rede federal. Conseguiu-se com isso, através da valorização do ensino técnico e com a revogação dessa lei, a volta de investimentos no ensino profissionalizante no Brasil e, assim para as escolas agrotécnicas, que começaram a respirar de novo.

Então no início dos anos 2000, essa instituição passa a pensar em oferecer cursos superiores, passa a pensar em pesquisa, que até então era só formação técnica. Em 2008 foi formulada a lei[4] de criação das Instituições Profissionalizantes Federais. A lei determinava que a criação dos Institutos Federais fosse criada a partir da junção entres escolas técnicas já existentes. No Pará a criação do Instituto Federal se organizou da junção entre a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, o antigo Cefet de Belém e a recém-criada Escola Agrotécnica de Marabá e assim foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (Ifpa) oferecendo uma estrutura *multicampi*. É a partir dessa época que também começa o debate por um grupo de professores da instituição sobre a inserção de mulheres na Escola. Antigamente ela possuía uma estrutura de internato apenas para alunos do sexo masculino. É apenas em 2004 que se cria a residência feminina. Essas mudanças se devem aos novos conceitos que estavam sendo implementados, como a própria verticalização do ensino, disposto na lei dos institutos de 2008. Então eu acho que dos 15 *campi* do estado do Pará, se o MEC quiser entender o que é a verticalização na prática, precisa incluir a experiência de Castanhal. Porque os alunos estão entrando desde o fundamental, com os "Saberes da Terra" até o mestrado, aprovado recentemente. O mestrado profissional em desenvolvimento rural sustentável terá a primeira turma formada em março de 2013.

---

em sua integralidade, com os acréscimos legais, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis. § 8º O Poder Executivo regulamentará a aplicação do disposto no § 5º nos casos das escolas técnicas e agrotécnicas federais que não tenham sido implantadas até 17 de março de 1997". Disponível no link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm>.

3 De acordo com Georgia Sobreira dos Santos, p. 4, este decreto durante muito tempo promoveu a "(...) desvinculação entre a formação para o trabalho e a elevação dos níveis formais de escolaridade (...)". Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/gt09-2565--int.pdf>.

4 "(...) a Lei 11.892/08 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao mesmo tempo em que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), muitos dos quais são o resultado da mescla de Escolas Técnicas Federais pré-existentes, que juntas passam a integrar uma única autarquia". Moacir Gubert Tavares, Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As etapas históricas da educação profissional no Brasil. 2012, p. 9. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>.

RTM – *Com a mudança da escola para instituto, amplia-se a visão da formação do técnico agrícola, o currículo busca refletir uma visão holística da produção rural, que inclui aspectos políticos, sociais e culturais da realidade rural. Como essa transição ocorreu no Instituto?*

FV – A principal mudança foi desenvolver um currículo que integrasse três paradigmas: agroecologia, agricultura familiar e educação no campo. Esse processo começou com a vinda do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) para dentro do instituto, o currículo integrado se fortaleceu com a turma do Pronera, que era para assentados de reforma agrária, ou seja, educação profissional, formação de técnicos agrícolas para reforma agrária. Formamos uma primeira turma de 40 alunos e a partir daí, nós começamos a construir o que a gente chama de currículo integrado.

Formamos um coletivo de professores para discutir o currículo integrado a partir de um grande eixo integrador, que se chama: *desenvolvimento sustentável com base na politecnia e valorização dos sujeitos do meio agropecuário e extrativista da Amazônia*, então esse é o nosso grande eixo integrador não sei como é que esse debate está agora, mas eu estava no grupo que liderou esse movimento de currículo integrado.

Sempre evitamos ao máximo o processo "polemização" nos debates, por exemplo, quando foi para criar esse eixo integrador, dos 80 professores, tínhamos na sala aproximadamente 37 professores para a criação do eixo, foi um dia inteiro de debate, não teve votação; foi em 2005, uma quarta-feira, foi muito difícil, porque escrevemos vários eixos para chegar ao final, escrevemos várias coisas, houve muito debate, existem grupos organizados daqui que defendem o agronegócio como única alternativa e outros que defendem a agricultura familiar campesina. Então, explicávamos, não é bem assim, existem outras formas diferentes de se organizar economicamente, existe, por exemplo, a economia solidária, que é outro paradigma que está sendo muito discutido na instituição, hoje tem a incubadora que está trazendo todo mundo para dentro do debate (cooperativas sendo incubadas, assistência técnica, jovens bolsistas indo para campo e ajudando na formação de agricultores etc.).

Sabíamos que esse eixo não daria conta de unir todos os saberes nem todos os conhecimentos propostos pelas disciplinas. Então nós criamos vários eixos temáticos que estavam ligados a esse grande eixo integrador. O primeiro eixo temático é em torno da discussão da identidade, do gênero e da etnia desse meio agropecuário-extrativista; assim quando se estudava identidade, se valorizava a identidade do sujeito do campo, desta forma, em um segundo momento, discutia-se o sistema de produção e o trabalho no campo, que é a linha de pesquisa da qual eu faço parte.

Então, esse técnico agropecuário, depois que estudava o trabalho do campo e passava a conhecer o trabalho camponês, num terceiro momento, a organização e as políticas públicas e no quarto eixo, o desenvolvimento sustentável e agroecologia, que seria um arremate final para a formação desse técnico.

Mas essa reformulação do currículo baseado na interdisciplinaridade foi criada em um processo mais recente, em 2004, pelo Decreto 5154[5] instituído pelo presidente Lula que revoga o Decreto 2.208[6] criado na década de 1990, pelo então Presidente Fernando Henrique, que estabelecia uma visão mecanicista da educação profissionalizante, o que significou uma ruptura do ensino técnico com o ensino médio.

Com a vinda do novo decreto alguns gestores das escolas técnicas e agrotécnicas só aceitaram o 5.154, que é o do ensino médio integrado, porque previa mais recursos na sua adoção. Só aceitaram por causa disso. Não foi por uma questão de concepção, de querer fazer uma formação mais ampla, integrada e integral. Eu falo isso porque participei de fóruns nacionais da rede federal e o debate é antigo, tem gestor que está sob a égide do novo decreto e ainda está falando em competência e habilidade; aqui na instituição ainda se fala. Isso deveria ser mais discutido, digo, a concepção de competências e habilidades, pois é uma concepção pragmática, que fortalece uma antiga dualidade entre pensar e fazer. E não é isso que prevê o ensino integrado. Mas é um debate.

Bem, essa nova dinâmica contribuiu para uma mudança na formação do aluno no que tange ao aspecto cultural, social e político. Agora, a formação prima por não ser mais mecânica e não visa tão somente formar e capacitar profissionais para atender exclusivamente ao mercado hegemônico. Esse aprendiz de hoje, na sua formação, precisa de uma visão ampla, em consequência do curso técnico aliado à educação do ensino médio.

RTM – *Existe uma disputa na formação profissional dentro do IFPA – Campus Castanhal, onde duas visões se conflitam, o agronegócio e a agroecologia. Como ocorre a mediação desse processo?*

FV – O conflito é ideológico. Há uma disputa entre a produção hegemônica que visa atender ao mercado, representado pelo agronegócio; do lado

5 Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004. Link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>

6 O Decreto n. 2.208/1997 assinala no Art. 1º IV que tinha como objetivo – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando à inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>.

oposto encontra-se a produção de agricultura familiar campesina, orientada ao desenvolvimento sustentável e pautado pela agroecologia. E em uma instituição tradicional como essa, vamos dizer assim, a agroecologia passou a ser um debate muito frequente na comunidade: alunos, servidores etc. Começou-se a discutir o que é agroecologia, a introduzir e a compreender conceitos sobre as agriculturas familiares. Agregue-se a isso o paradigma da educação do campo.

Tivemos muitos problemas com isso porque em uma instituição tradicional de formação para o agronegócio, do ponto de vista da agricultura capitalista, transformar esse técnico em um profissional que vai ter uma compreensão mais ampla, não somente do agronegócio, mas também da agricultura familiar campesina, discutindo outras formas de produção que não somente as hegemônicas, torna-se um desafio muito grande.

Então, isso tem causado uma situação de conflito curricular, o que eu avalio como sendo saudável para esta instituição, pois é a partir desse conflito que surge o primeiro curso de agronomia. Essa contradição presente no cerne do referido curso tem gerado formação ampla para os sujeitos.

RTM – *Para que se criar um curso de agronomia? Em que medida esse curso se diferencia pelo ofertado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra)?*

FV – Para proporcionar ao aluno outra visão sobre produção agrícola, que não contemplasse somente a visão de produção do agronegócio. Foi a partir dessa perspectiva que criamos um curso de agronomia, que tivesse uma rota diferente dos objetivos da Ufra, porque não faz sentido ter dois cursos com a mesma concepção.

Foi criado o colegiado, uma comissão de constituição do projeto político-pedagógico da agronomia e nós tivemos o primeiro vestibular para o curso e também para tecnologia em aquicultura, *métier* dos institutos, que são os cursos tecnológicos de dois anos, três anos para a formação em nível de superior, mas também muito para a formação tecnológica, já pensando na formação do técnico para prepará-lo, para pensar na indústria etc.

O curso de agronomia veio diferenciado porque ele passou a fazer o diálogo realmente com os sujeitos do campo, mas, por outro lado, também sofre pressão do agronegócio para que esses profissionais sejam formados também para os plantadores de soja, de dendê etc. Portanto, o curso de agronomia hoje não é um curso que tem como verdade absoluta o agronegócio.

RTM – *No campo das parcerias, como a instituição se relaciona com comunidades, associações e outras instituições de ensino e pesquisa? Ela tem uma proposta pedagógica ou metodológica de organização para essas parcerias? Ou de incluir essas outras instituições que estão ao redor, também para a formação de intercâmbio?*

FV – Sim. A instituição tem um projeto definido para guiar a formação de parcerias, elas ocorrem por definições das políticas educacionais e de pesquisa do *campus*, sendo às vezes, positiva, outras não. Por exemplo, nos anos 1990 tivemos a Embrapa aqui dentro, havia uma sala da Embrapa e os pesquisadores vinham, faziam suas pesquisas e iam embora; a interação era muito superficial. Já nos anos 2000, fizemos uma parceria com o *campus* de Castanhal da Universidade Federal do Pará (Ufpa) para o curso de veterinária e hoje nós temos um hospital de referência veterinário dentro da nossa Instituição, associando ensino, pesquisa e extensão. Acredito que hoje, o *campus* de Castanhal da Ufpa está totalmente vinculado ao *campus* de Castanhal do Ifpa. Temos próxima uma estrutura de ponta para formação de veterinários, em que os nossos educandos passam a ter acesso aos laboratórios da veterinária. Eu acho que isso é uma parceria que realmente a gente dá as mãos.

Recentemente a Embrapa se voltou novamente para o Ifpa de Castanhal. Sua equipe técnica e de gestão, provavelmente irá passar a ter uma política de fomento para a formação de técnicos agropecuários para a região de Tomé-Açu e outras localidades que possuem sistemas agroflorestais, visando fazer uma formação diferente. A inserção da Embrapa foi um ganho para o processo, porque passou a experimentar um dos princípios do IF que é alternância pedagógica. Os nossos educandos vão para o campo, para a sua realidade, problematizam através das ferramentas de pesquisa a sua própria realidade e trazem para sala de aula para que os professores ministrem as aulas a partir dessa realidade, então esse é o grande diferencial.

RTM – *A crítica que se faz ao ensino médio de escolas profissionalizantes é que não se forma para o ensino técnico, se capacita o aluno para fazer vestibular para outra área. Aqui tem a mesma dinâmica?*

FV – Tem, e esse é outro conflito. Temos dito que essa instituição não foi feita para preparar para o Enen ou para o vestibular. Aqui temos doutores dando aula de história, geografia, filosofia, matemática, física, que com certeza melhora a qualidade da instituição. Essa ideia acaba sendo propagada.

Os nossos educandos que se formam aqui, não quer dizer que vão ser somente técnicos. Não. Eles terão que galgar outros patamares, devem pensar no

curso superior. Mas essa é que é a polêmica, eu digo que a formação tem que ser desinteressada do vestibular, ela tem que fazer a formação profissional ampla; se o aprendiz vai passar ou não em um curso superior, isso é uma questão de consequência e não de objetivo central.

Quando chega o processo seletivo é difícil, quem está hoje na diretoria vai enfrentar esse problema que eu enfrentei. Fizemos o primeiro diagnóstico com os educandos, sobre questões de identidade, de gênero e etnia. Fizemos um exercício com os alunos e pedimos a eles que desenhassem o que tinham em suas residências. Os alunos começaram a desenhar computador, ele chegando da escola pública, indo para casa, acessando internet... Ai eu percebi que esse aluno não era filho de agricultor. Desta forma, ser técnico agrícola seria um segundo plano para esse educando.

Assim, temos que fazer uma reflexão séria sobre isso, então, vem a questão da decisão política, não queremos excluir ninguém, aqui é um processo público aberto para todos, mas nós precisamos valorizar também a gente do campo, porque eles são nosso público principal e precisam voltar para desenvolver o seu local de origem.

RTM – *Sobre os técnicos formados pela Escola, quais são as suas aspirações? Que movimentos estão criando (articulando)?*

FV – Hoje eu tenho essa discussão a partir da inserção dos nossos egressos no mundo do trabalho. As pessoas formadas aqui se organizam. Lutam por questões da sua profissão. Veja o exemplo do técnico agropecuário, este profissional está ganhando o direito, a nível nacional, de fazer o receituário agronômico, ele poderá assinar como agrônomo na aquisição de veneno que vai ser aplicado lá na lavoura etc. Ah, Favacho, mas você está comemorando um negócio desses? Não, eu não estou comemorando, mas é uma conquista dos técnicos, eles se organizaram e têm conquistado direitos. Os técnicos se constituem como uma classe que vem obtendo conquistas. Isso é influência da formação ampla nas escolas agrotécnicas? Não sei. Pode ser, tem que ver de fato. É difícil dizer qual é o impacto dessa proposta educacional, nós temos visto muitas lideranças importantes por aí, pelo estado, construindo debates significativos para a sociedade.

RTM – *Como está sendo a preparação dos campi do Ifpa para as eleições?*

FV – O desafio é convencer e dialogar com os professores no sentido de construir. Muito do que eu aprendi em Castanhal, como professor e nas coordenações, estou passando essa experiência para Santarém, para se prepararem

para quando tiver eleição direta lá. Então, a gente vai preparar, assim como fizemos aqui, preparar a comunidade, preparar um projeto institucional, isso, tenho dito para os IFs que vão ter eleição. E eu falo onde tenho ido que não devemos pensar em nomes, e sim em projetos. Depois que o projeto está pronto, é que se decide, indica o nome de quem vai dirigir e liderar esse projeto que foi construído pela comunidade. Pode ser qualquer professor que tenha o perfil e que está dentro da lei para assumir.

O grande problema nosso é que ainda se insiste em dizer: o nome tal é candidato a reitor e o nome tal a diretor de *campus*. Isso está errado, já começa errado. Porque a primeira coisa que a comunidade deve perguntar é qual o teu projeto? E as pessoas [os candidatos] falam assuntos que são óbvios que você vê que não é concreto, que não foi construído.

Eu aprendi muito aqui com o professor Cícero Paulo, que é uma pessoa em quem eu me espelho muito, pela humildade dele, já foi diretor de ensino do *campus*, esteve na reitoria, é consultor do MEC, entre outros. Ele diz: não adianta muito discurso, você tem que primeiro fazer e depois as pessoas te reconhecem pelo o que você fez, se não reconhecerem, não tem problema, mas pelo menos você fez alguma coisa. O importante é fazer.

Assim, eu acredito que primeiro a gente tem que construir um projeto e depois tirar nomes para indicar, eu tenho dito isso em Santarém e acho que o pessoal está gostando da ideia.